



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT**  
**14ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Local: Hotel D'Luca, Av Historiador Rubens de Mendonça, 104, Araés,  
CUIABÁ-MT, 16 DE FEVEREIRO DE 2013.

**ATA DA SESSÃO PLENÁRIA**

1 **Início:** 08h10m

2 **Término:** 17h20m

3 **1. PRESENCAS:**

4 **1.1.MEMBROS DO CAU/MT:** Presidente: CLAUDIO SANTOS DE MIRANDA; Vice-Presidente e  
5 Conselheiro Titular: NICÁCIO LEMES DE ALMEIRA JÚNIOR; Diretor Financeiro e Conselheiro Titular:  
6 SÉRGIO SILVA DOS SANTOS; Conselheira Titular: RITA DE CÁSSIA CHILETTO; Conselheira Titular:  
7 ANA RITA MACIEL RIBEIRO; Conselheiro Titular: LUCIANO NAREZI; Conselheiro Titular: ÉDER BISPO  
8 SANTOS; Conselheiro Titular: HIGOR NEVES DE OLIVEIRA; Conselheiro Titular: DERALDO CAMPOS;  
9 Conselheiro Suplente: ALTAIR MEDEIROS; Conselheira Suplente: DORIANE AZEVEDO; Conselheira  
10 Suplente CARMEM AMARAL. **1.2 PESSOAL DO CAU/MT:** Gerente Geral ELIANE NUNES; Gerente  
11 Administrativo-Financeira GEYSE AGUIAR; Assessora Contábil SILVIA ROSSINI; Secretário Geral:  
12 OSWALDO SANTOS. **2. ABERTURA DOS TRABALHOS:** Às 08h10min, após a verificação de quorum, o  
13 Presidente CLAUDIO MIRANDA cumprimenta todos os Conselheiros e demais presentes e faz  
14 comunicados diversos da Presidência. O Conselheiro LUCIANO NAREZI sugere ao Plenário que seja  
15 alterada a ordem da pauta da presente sessão, sendo dada inicialmente a “Palavra Livre” entre os  
16 Conselheiros, justifica sua solicitação expondo que é necessário que resolvam as questões das  
17 Comissões do Conselho e que não há necessidade de que essa discussão seja inclusa na ata da  
18 Sessão. Não houve objeção entre os Conselheiros. O PRESIDENTE dá início então à “PALAVRA LIVRE”  
19 e após longa discussão entre os Conselheiros, em sua maior parte sobre a Composição das Comissões  
20 Permanentes do Conselho, a Conselheira RITA CHILETTO explica que conforme a legislação, a única  
21 comissão que obrigatoriamente deva existir é a de Ensino e Formação, sendo assim, pode o Presidente  
22 encaminhar quaisquer processos para quaisquer Conselheiro e designá-lo como relator, e estipular prazo  
23 para que apresente-o com relato e voto fundamentado para posterior aprovação em Sessão Plenária. O  
24 PRESIDENTE inicia formalmente a Sessão, anuncia a presença da Assessora Contábil Sílvia Rossini  
25 solicita à Coordenação da Comissão de Atos Administrativos e Finanças que, devida a urgência no envio  
26 da aprovação ao CAU/BR, relatem primeiramente o processo relacionado à prestação de contas dos  
27 meses de novembro, dezembro e o balanço patrimonial de 2012 (dois mil e doze). A Conselheira RITA  
28 CHILETTO, Coordenadora da CAF-CAU/MT, informa que a ultima reunião ordinária da Comissão foi  
29 bastante prejudicada devido as discussões e pela não participação de todos os Conselheiros. Informa  
30 que a Comissão não conseguiu analisar a prestação de contas do mês de dezembro, porem conseguiram  
31 adiantar o processo, apesar do horário, os meses subsequentes. Expõe que a Comissão não verificou  
32 nada de irregular nos processos de prestações de Contas, diz ainda que todos os Conselheiros possuem  
33 senha para acompanhamento dos processos de prestação de contas para análise e que caso algum  
34 Conselheiro tenha alguma dúvida em relação aos processos, questionem a Assessora Contábil presente  
35 na sessão. O Conselheiro ÉDER BISPO relata que analisou superficialmente o processo e tem  
36 observações em relação ao item “Limpeza” e “Impressos Gráficos”, pois os valores são elevados e  
37 gostaria de explicação a respeito desses valores. Solicita ainda que expliquem os valores aplicados em  
38 passagens para a empresa Destak Turismo, bem como todas as despesas com Conselheiros. A Gerente  
39 Administrativo-Financeira Geyse Aguiar, informa que em relação à limpeza, trata-se de um contrato pago  
40 mensalmente a uma empresa, sendo incluso todos os custos de materiais de limpeza, copa, café, etc.  
41 Informa que o contrato foi elaborado pela Assessoria Jurídica, e que para o pagamento é feita toda a  
42 análise documental da empresa. A Conselheira RITA CHILETTO sugere que para as próximas prestações  
43 de contas seja melhor esclarecido essas questões. A Gerente Administrativo-Financeira Geyse Aguiar  
44 informa que cada Conselheiro com a senha que possui acessar o Livro Razão, verificarão todas essas  
45 informações. Em relação a empresa Destak Turismo, explica que a empresa foi contratada pela  
46 modalidade de “carona” em uma licitação de registro de preços de órgão federal. O Contrato com a  
47 referida empresa é somente para passagens aéreas. Em relação às diferenças de pagamentos de diárias  
48 e deslocamento à Conselheiros, dá-se devido à pagamentos realizados conforme um processo que  
49 existe, e uma deliberação plenária. Informa que o pagamento de deslocamento é feito conforme a  
50 deliberação. O Conselheiro ÉDER BISPO questiona se o pagamento será somente para uma Reunião. A  
51 Gerente Administrativo-Financeira informa que conforme a deliberação, o pagamento será realizado  
52 somente para uma reunião de Comissão e uma reunião Plenária. O Presidente sugere que as reuniões  
53 das Comissões sejam agendadas um dia anterior a Sessão Plenária, para diminuir os custos com diárias  
54 e deslocamentos dos Conselheiros. O Conselheiro DERALDO CAMPOS corrobora com a sugestão do

55 PRESIDENTE, e exemplifica seu caso que se a reunião plenária ocorra no dia seguinte ao dia da reunião  
56 da Comissão que participa, não precisará custear outra passagem para participar das duas reuniões. O  
57 Conselheiro ÉDER BISPO diz que seu questionamento se dá para seu entendimento em relação aos  
58 gastos que os conselheiros tem com as reuniões, diz que os conselheiros não podem participar das  
59 reuniões sem receberem os deslocamentos pois não são remunerados. O Conselheiro LUCIANO  
60 NAREZI diz que já haviam decidido que as reuniões das comissões seriam no dia anterior às Sessões  
61 Plenárias. A Conselheira Suplente DORIANE AZEVEDO expõe que independentemente de qualquer  
62 deliberação plenária do Conselho, existe um teto máximo para pagamento de diárias e passagens. A  
63 Gerente Administrativo-Financeira explica que em relação ao pagamento por serviços gráficos, o valor  
64 pago foi em referência a confecção dos informativos do CAU/MT. O Conselheiro SERGIO SANTOS fala  
65 de sua preocupação com a análise dos processos de prestação de contas, diz que sente falta de um  
66 relatório da Assessoria Contábil aprovando a referida prestação de contas. Informa que no referido  
67 período da prestação de contas houveram multas por atrasos, questões pendentes em relação a multas  
68 pela empresa Destak Turismo, e sugere que a Assessoria Contábil elabore esse relatório explicando todo  
69 o acontecido durante o ano e diz que não sente-se à vontade para aprovar a referida prestação de  
70 contas. A Gerente Administrativo-Financeira diz que não contestará a posição do Conselheiro. O  
71 PRESIDENTE informa a urgência para a apresentação da prestação de contas e que o CAU/BR está  
72 cobrando o CAU/MT para que entregue a prestação de contas. O Conselheiro SERGIO SANTOS informa  
73 que não sente-se à vontade para aprovar, caso o PRESIDENTE se sinta confortável, responsabilize-se  
74 pela aprovação. A Assessora Contábil SILVIA ROSSINI relata que em relação à prestação de contas em  
75 análise pela Comissão, não foi verificada nenhuma ilegalidade, que todos os processos foram conduzidos  
76 corretamente, somente observou algumas multas por atraso, exemplifica boletos que não foram pagos no  
77 dia marcado, informa que as multas que cabiam a ela já foram recolhidas. Reforça que não observa  
78 problemas nos referidos processos, e que com a auditoria que acontecerá no Conselho, caso haja  
79 problemas, será apresentado em relatório. O Conselheiro DERALDO CAMPOS questiona o Conselheiro  
80 SERGIO SANTOS o que falta para que analise o processo e aprovem na presente Sessão, assim não  
81 atrasarão a apresentação da prestação de contas ao CAU/BR. A Gerente Administrativo-Financeira  
82 informa que devem apresentar para a auditoria interna do CAU/BR a prestação de contas até o próximo  
83 dia 20 (vinte), e que o Diretor Financeiro do CAU/BR está cobrando frequentemente a apresentação da  
84 prestação de contas do CAU/MT. O Conselheiro ÉDER BISPO questiona se poderá aprovar com  
85 ressalvas, diz que solicitou ao Secretário Geral que fosse elaborado um formulário de deliberações  
86 plenárias e solicita que o mesmo seja utilizado, para que cada voto e sua justificativa seja documentada.  
87 A Gerente Administrativo-Financeira informa que a partir de janeiro de 2013, os Conselheiros membros da  
88 Comissão de Atos Administrativos e Finanças, terão que trabalhar com o sistema, pois não serão mais  
89 montados processos físicos. O Conselheiro SERGIO SANTOS questiona se no sistema constam todas  
90 as multas pagas pelo Conselho. A Assessora Contábil informa que sim, todos os dados detalhadamente  
91 constam no sistema. O Conselheiro SERGIO SANTOS relembra sua sugestão para que todos os  
92 processos fossem digitalizados e disponibilizados no site do Conselho, bem como os extratos das  
93 correspondências fossem encaminhadas aos Conselheiros, e não recebeu nenhuma, por isso teme na  
94 aprovação das contas do Conselho, pois ainda existem dúvidas. O Conselheiro HIGOR NEVES concorda  
95 com o exposto pelo Conselheiro SERGIO SANTOS, em relação as decisões plenárias, que as mesmas  
96 devam ser cumpridas. A Gerente Administrativo-Financeira diz que em relação a prestação de contas do  
97 ano de 2012, o CAU/MT possui 09 (nove) formulários para responder e encaminha-los ao CAU/MT. Estes  
98 formulários exigem todas as ações do Conselho, com o que foi feito, como foi feito, e as justificativas das  
99 ações que não foram realizadas. Informa que ouve superávit financeiro para o Conselho. Informa ainda  
100 que disponibilizará aos Conselheiros para o preenchimento. A Assessora Financeira diz que em relação  
101 ao superávit, com a reformulação orçamentária, realocaram o valor para obras e serviços. O Conselheiro  
102 SERGIO SANTOS solicita a Assessoria Contábil o relatório, consubstanciado, com todos os pontos  
103 positivos e relativos da prestação de contas. A Conselheira RITA CHILETTO questiona a Assessora  
104 Contábil sobre o documento apresentado pela Assessoria no processo de prestação de contas, se o  
105 mesmo já não atenderia ao solicitado pelo Conselheiro SERGIO SANTOS. A Assessora Contábil informa  
106 que o relatório constante no processo é um documento mais técnico, irá elaborar o relatório solicitado  
107 pelo Conselheiro. O PRESIDENTE questiona se já poderiam votar a prestação de contas. O Conselheiro  
108 SERGIO SANTOS diz que ainda existe sua proposta de analisarem o relatório para poderem aprovar a  
109 prestação de Contas. O Conselheiro DERALDO CAMPOS questiona o motivo da não solicitar  
110 anteriormente este relatório para a Assessoria Contábil, sugere que votem a aprovação da prestação de  
111 contas. O PRESIDENTE questiona a Assessoria Contábil o motivo de não ter apresentado anteriormente  
112 o processo de prestação de contas para aprovação. A Assessora Contábil expõe que tiveram várias  
113 falhas com o sistema que utilizam na área financeira do Conselho, e que por este motivo e devido várias  
114 falhas, não apresentaram anteriormente. O Conselheiro SERGIO SANTOS sugere que aprovem a  
115 prestação de contas posteriormente, ao aprovar as pressas. O PRESIDENTE sugere que analisem o  
116 processo no período vespertino da presente Sessão. O Conselheiro SERGIO SANTOS diz que não se  
117 sente a vontade para aprovar o referido processo. A Gerente Administrativo-Financeira informa que no  
118 dia 04, enviou um e-mail para todos os Conselheiros que possuem senha ao sistema financeiro do  
119 CAU/MT, para que analisassem o referido processo. O Conselheiro ÉDER BISPO questiona que isso não  
120 tira o direito da decisão da aprovação do Conselheiro, e que caso continuem com a discussão, solicitará  
121 vistas ao processo, assim perderão o prazo. A Conselheira RITA CHILETTO expõe que a questão não é a

122 liberdade de voto do Conselheiro, e sim o fato de que todos os processos são encaminhados no prazo  
123 aos Conselheiros, e os mesmos não estão analisando, e isso está inviabilizando as questões  
124 administrativas do Conselho. Informa que isso não é a primeira vez que acontece entre os Conselheiros,  
125 destaca ainda que para voto, todos os Conselheiros devam ter conhecimento sobre o assunto. O  
126 Conselheiro ÉDER BISPO diz que não possui conhecimento técnico para análise dos processos, que os  
127 documentos constantes no processo de prestação de contas são documentos técnicos, diz que tem  
128 dúvidas quanto aos pagamentos feitos aos Conselheiros, dúvidas também em relação às faturas de  
129 telefone dos Conselheiros. O PRESIDENTE diz que percebe que a plenária não está confortável na  
130 aprovação da prestação de contas, e sugere que aprovem a prestação posteriormente e questiona aos  
131 Conselheiros que irão analisar o processo, qual o prazo que eles precisarão. O Conselheiro DERALDO  
132 CAMPOS questiona como os Conselheiros poderão analisar os processos financeiros, em relação aos  
133 processos serem apresentados de forma técnica e os Conselheiros não possuem esse conhecimento  
134 técnico para análise. A Conselheira RITA CHILETTO faz a leitura do e-mail enviado em 04 de fevereiro,  
135 onde avisa a disponibilidade dos processos de prestação de contas aos Conselheiros, para análise e  
136 posterior aprovação. Sugere que caso algum conselheiro não faça a análise do processo, devam assumir  
137 na hora da votação, para que não atrapalhem os trabalhos da Assessoria Contábil e a área financeira do  
138 Conselho. O Conselheiro ÉDER BISPO expõe o caso do pagamento feito a empresa PROEDUCARE, e  
139 que o pagamento foi realizado sem sua anuência, que essa é uma de suas ressalvas, e não pode aprovar  
140 o referido processo devido à isso. Diz que existe um relato da Conselheira Suplente DORIANE  
141 AZEVEDO, porem não concorda com o referido relato. O PRESIDENTE questiona aos conselheiros que  
142 analisarão o processo de prestação de contas, se precisariam de um prazo maior do que até a próxima  
143 terça feira. A Assessora Contábil expõe que para a aprovação da prestação de contas, os Conselheiros  
144 terão que realizar uma plenária extraordinária. O PRESIDENTE questiona a Assessora Contábil porque  
145 as prestações de contas devem ser aprovadas em Plenário. A Assessora Contábil diz que é regimental,  
146 que o Plenário deve aprovar todos os atos do gestor, que é o PRESIDENTE. A Conselheira DORIANE  
147 AZEVEDO diz que, em relação a Comissão de Comunicação, todas as reuniões que fizeram, foram  
148 convidados todos os membros da Comissão, diz ainda que apresentou o relato para todos do Conselho, e  
149 que durante a ultima Reunião, que estiveram presentes os Conselheiros NICACIO LEMES, SERGIO  
150 SANTOS e o representante da empresa de Comunicação. Diz que o Conselheiro SERGIO SANTOS  
151 exigiu que só aceitaria, caso deixassem claro no relatório alguns pontos, e que assim o relatório foi  
152 reescrito com esses pontos. Diz ainda que os Conselheiros NICACIO LEMES e RITA CHILETTO também  
153 assinaram o documento, e que sabendo que o Conselheiro ÉDER BISPO não concordava naquele  
154 momento, e não estava presente na Reunião, não colocaram seu nome no relatório, e que a maioria dos  
155 membros da Comissão concordaram com o relato naquele momento, assim deram encaminhamento  
156 atendendo as solicitações do Diretor Financeiro. O Conselheiro ÉDER BISPO diz que a Conselheira não  
157 o ouviu como membro da Comissão, diz ainda que houveram reuniões que o mesmo não foi convocado.  
158 Diz que era contrário pela PROEDUCARE ter apresentado uma conta de serviço prestado no valor de 24  
159 mil reais, por serviços realizados e não pagos, diz que isso é muito sério e gostaria de saber quem  
160 mandou realizar esses serviços, e gostaria que isso constasse no processo, para que responsabilizasse  
161 quem mandou realizar os serviços que não estavam em contrato e sem aprovação em Plenária. Diz que  
162 solicitou formalmente esse processo no CAU. Diz ainda que não se sente a vontade para aprovar pois  
163 ainda tem dúvidas. A Conselheira DORIANE AZEVEDO diz que considerou a ponderação do Conselheiro,  
164 e que analisaram somente o período do contrato assinado. O Conselheiro SERGIO SANTOS questiona  
165 qual seria o problema de passar a prestação de contas para a próxima Sessão Plenária. O PRESIDENTE  
166 sugere que realizem na próxima sexta feira uma reunião extraordinária para aprovação da prestação de  
167 contas. O Conselheiro DERALDO CAMPOS sugere que seja posto em votação a prestação de contas. O  
168 Conselheiro ÉDER BISPO diz que pediu vistas ao processo, e que isso lhe seja respeitado. A Conselheira  
169 RITA CHILETTO diz que dada a urgência do processo, a Plenária poderá estipular tempo máximo para a  
170 devolução do processo pelo conselheiro. O Conselheiro SERGIO SANTOS questiona aonde consta no  
171 regimento interno que a Plenária poderá estipular o prazo. O Conselheiro ÉDER BISPO diz que até a  
172 próxima terça feira poderá analisar os processos que solicitou. O Conselheiro HIGOR NEVES diz que  
173 deverão estipular um prazo também para as respostas das dúvidas que porventura o Conselheiro possa a  
174 ter com a análise dos processos. O Conselheiro ÉDER BISPO diz que será somente um relatório anexo  
175 ao processo, para que conste as suas ressalvas na aprovação dos referidos processos. O PRESIDENTE  
176 sugere a próxima sexta-feira para a realização da reunião extraordinária para aprovação da prestação de  
177 contas. A Conselheira RITA CHILETTO questiona se, toda vez que encaminharem um processo para  
178 apreciação do Plenário, surgirem dúvidas e terem que agendar reuniões extraordinárias para aprovação,  
179 como justificarão isso. Diz que a questão é em relação aos prazos para que façam isso, alerta ainda  
180 quanto ao perigo, em relação aos prazos para as ações, e os conselheiros não os cumpre, não terão  
181 como justificar agendamentos de reuniões extraordinárias. O Conselheiro DERALDO CAMPOS diz que  
182 não poderá participar dessa reunião extraordinária, que justificará e não deseja ser questionado quanto a  
183 sua ausência. O Conselheiro SERGIO SANTOS sugere que façam a reunião para aprovação em 15 dias.  
184 O PRESIDENTE sugere que decidam a data da reunião plenária extraordinária no início da tarde. A  
185 Conselheira RITA CHILETTO registra sua preocupação com a convocação dessa reunião extraordinária,  
186 informa que houve uma sugestão do Conselheiro HIGOR NEVES que ainda não foi apreciada. Diz que se  
187 preocupa na justificativa ao CAU/BR em relação as convocações de plenárias extraordinárias, gerando  
188 onus para o Conselho, e diz que é uma questão a ser considerada. Sugere que isso não se repita no

189 Conselho. A Conselheira ANA RITA concorda com o exposto pela Conselheira RITA CHILETTO, como  
190 membro da Comissão de Atos Administrativos e Finanças. O Presidente CLAUDIO MIRANDA, interrompe  
191 os trabalhos do período matutino e sugere que retomem às 14h00m. Após o intervalo o Presidente  
192 retoma os trabalhos às 14h10m, faz a verificação de quorum e inicia explanando sobre a estruturação  
193 das Comissões e Coordenadores e faz uma breve observação de que toda e qualquer alteração, deve  
194 levar em conta a Constituição e a elaboração definitiva do Novo Regimento. O Conselheiro SERGIO  
195 SANTOS lembra que propôs a recomposição das Comissões e suas nomenclaturas, para legalizar o  
196 andamento e criação das mesmas, o Conselheiro cita como exemplos as Comissões de Ética, Exercício  
197 Profissional, Comunicação Social e Habitação. O Presidente questiona que seria melhor discutir as três  
198 Comissões principais. O Conselheiro ÉDER BISPO explica que a ideia inicial era a extinção da Comissão  
199 de Comunicação Social e frisa que no ano de dois mil e doze houveram muitos problemas relacionados a  
200 esta Comissão, que segundo ele, cometeu muitas falhas de comunicação tanto interna quanto externa e  
201 que a tendência para este ano é montar um grupo, contratar uma Assessoria ou uma pessoa para  
202 trabalhar dentro do Conselho. O Conselheiro elogia a Fiscalização e seus procedimentos administrativos.  
203 O mesmo sugere que a Assessoria de Comunicação poderia fazer parte da Comissão de Exercício  
204 Profissional e Ensino e que, a referida Comissão, deveria servir não só para elaborar projetos e trabalhos  
205 na área de Comunicação, mas também para coordenar e traçar metas que a pessoa contratada pelo  
206 Conselho ficaria responsável por cumprir. O Conselheiro menciona a importância de que essas metas  
207 sejam traçadas logo no começo do ano e que a partir delas seja montado um cronograma. O Conselheiro  
208 defende a resolução dos tipos de Comissões na presente data e diz que referente as Coordenações as  
209 discussões deveriam ser reservadas, pois cada Comissão deveria decidir aleatoriamente sobre seus  
210 Coordenadores. O Conselheiro LUCIANO NAREZI afirma que esta é uma ótima oportunidade de fazer  
211 uma revisão geral e diz concordar com a inclusão da Comissão de Comunicação Social em alguma  
212 Comissão. O Presidente CLAUDIO MIRANDA questiona se a escolha dos Coordenadores seria feita  
213 neste momento ou em outra oportunidade. O Conselheiro DERALDO CAMPOS sugere que os  
214 representantes do interior estejam em pelo menos uma das Comissões que possam vir a surgir. A  
215 Conselheira RITA CHILETTO pede a palavra e expõe que rever a estruturação das Comissões não seria  
216 o mais viável já que as modificações foram aceitas por todos os Conselheiros presentes na última  
217 Reunião Extraordinária e ressalta também que não seria viável financeiramente. A Conselheira cita como  
218 exemplo o CAU/BR que aceita a participação de um Conselheiro em apenas duas Comissões. A mesma  
219 mostra-se preocupada com a grande demanda acumulada e recomenda que sejam mantidas as três  
220 Comissões e que ao invés de serem criadas outras Comissões, que sejam criados Grupos de Trabalhos  
221 ou Comissões Extraordinárias. O Conselheiro SERGIO SANTOS rebate dizendo que o CAU/BR não  
222 serve como parâmetro, pois não há como equiparar os dois Conselhos. No uso da palavra o Conselheiro  
223 LUCIANO NAREZI continua defendendo a revisão das Comissões. O mesmo reclama da falta de  
224 Assessoria Jurídica e também do tempo gasto pelos Conselheiros discutindo antes da análise dos  
225 processos. O Conselheiro HIGOR OLIVEIRA diz que as Comissões deveriam analisar e preparar os  
226 processos para serem discutidos nas Plenárias com a participação ampla de todos. O Conselheiro  
227 DERALDO CAMPOS defende a fusão das Comissões e questiona se esta junção está defesa  
228 juridicamente. O Conselheiro HIGOR OLIVEIRA diz que não vê problema em todos os Conselheiros  
229 participarem da Comissão de Atos Administrativos, pois segundo ele, esta é uma Comissão com muita  
230 demanda de trabalho. O Conselheiro SERGIO SANTOS, defende que as Comissões de Finanças e  
231 Comissão de Atos deveriam ser legalmente separados, independente de acontecerem ou não na mesma  
232 data. O Conselheiro LUCIANO NAREZI sugere a junção de todas as Comissões onde todos os  
233 Conselheiros participariam e discutiriam os processos como se fosse um Plenário, ou uma dinâmica e  
234 assim, por fim, chegariam a um consenso. O Presidente CLAUDIO MIRANDA discorda da opinião  
235 exposta pelo Conselheiro, enfatiza que a dinâmica sugerida já acontece nas Reuniões Plenárias e  
236 defende que as decisões das Comissões tem que ter embasamento técnico na devida área de atuação  
237 das mesmas e lembra que as decisões devem ser devidamente fundamentadas, estruturadas e formais.  
238 O Presidente CLAUDIO MIRANDA destaca que o novo Regimento a ser aprovado deve ornar com as  
239 Unidades dos CAU's/UF. Diante da colocação do Sr. Presidente o Conselheiro LUCIANO NAREZI retira a  
240 sua sugestão. A Conselheira ANA RITA concorda com a fala do Sr. Presidente e defende que as  
241 Comissões tem que trabalhar com uma única meta, a de solucionar os problemas de maneira mais  
242 simples e ágil. O Conselheiro DERALDO CAMPOS, questiona quais são os pontos negativos e positivos  
243 das Comissões estarem trabalhando de maneira conjunta. A Conselheira RITA CHILETTO respondeu o  
244 questionamento dizendo não visualizar impedimento legal das Comissões funcionarem de forma  
245 conjunta. A mesma ressalta a importância da convocação de todos os Conselheiros para participação  
246 nas reuniões, ainda referente as Comissões faz menção a Comissão de Atos e Finanças dizendo que não  
247 há negligência nas decisões tomadas pela mesma nos processos e dá continuidade destacando que a  
248 demanda de trabalho desta comissão é grande e que a mesma ainda está se estruturando. A Conselheira  
249 faz menção ao Seminário e elogia os resultados. A mesma defende a ideia do Conselheiro Luciano e  
250 sugere a abolição de todas as Comissões, formando assim apenas uma "super" comissão, não sendo  
251 extinta apenas a Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional. A Conselheira lembra, porém  
252 que qualquer decisão tem que ser tomada com respaldo Jurídico. Finalizando sua fala sugere que seja  
253 mantida apenas a Comissão de Ensino, mas deixa claro que não vota contra a Reunião Plenária anterior  
254 e que respeita o resultado da mesma. O Conselheiro EDER BISPO questiona se a Comissão de Atos tem  
255 uma relação de processos e das solicitações feitas. O mesmo informa que encaminhou três solicitações à

256 Comissão de Atos que não foram atendidas e faz um pedido formal para que as solicitações sejam  
257 atendidas. O Conselheiro elenca as solicitações: diz ter questionado a Comissão sobre a participação de  
258 um Técnico em Edificações no 1º Seminário do CAU/MT e diz não entender porque não foi chamado um  
259 Arquiteto no lugar do mesmo; diz também ter solicitado todas as decisões Plenárias e todos os  
260 encaminhamentos dados; e por fim diz ter solicitado o relatório de despesas do Seminário e também  
261 todas as Políticas Urbanas que foram definidas no Seminário. O Conselheiro solicita ao Presidente  
262 Claudio Miranda que ele determine um prazo para que as solicitações sejam atendidas e sugere que o  
263 próprio Presidente responda as solicitações. O Conselheiro desabafa dizendo que não conseguiu fazer  
264 nada no Conselho e que seus projetos não foram levados para frente, diz que se sente perseguido dentro  
265 do CAU/MT. O Presidente CLAUDIO MIRANDA discorda com o que foi dito pelo Conselheiro Eder Bispo  
266 diz que suas contribuições e reivindicações sempre são levadas em conta dentro do Conselho e diz que  
267 não irá responder ao desabafo feito pelo Conselheiro Eder Bispo e pede para que seja dada continuidade  
268 ao assunto da pauta. A Conselheira RITA CHILETTO pede a fala e esclarece que todas as solicitações do  
269 Conselheiro Eder Bispo já foram atendidas e que foram emitidos pareceres da Comissão de Atos  
270 Administrativos e que foram aprovadas na Plenária de Dezembro. O Presidente CLAUDIO MIRANDA  
271 sugere que seja colocado em regime de votação a reestruturação ou não das Comissões. O Conselheiro  
272 EDER BISPO sugere que o voto seja fundamentado. Em votação os Conselheiros ANA RITA, HIGOR  
273 OLIVEIRA, RITA CHILETTO, DERALDO CAMPOS, votam a favor em função da decisão da Plenária  
274 Extraordinária passada. O Conselheiro SERGIO SANTOS, vota contra, pois segundo ele as Comissões  
275 tem que mudar e permanecer de acordo com o Regimento Interno. O Conselheiro EDER BISPO, vota  
276 contra, pois segundo ele a junção das Comissões de Atos e de Finanças não está legalmente amparado.  
277 O Conselheiro NICÁCIO LEMES, vota contra, pois segundo ele o percentual de votação não foi  
278 obedecido e também porque com a reestruturação das Comissões os Conselheiros terão oportunidade de  
279 participar de mais uma Comissão. Fica decidido então que as Comissões permanecem estruturadas de  
280 acordo com a decisão da última Reunião Plenária. O Conselheiro SERGIO SANTOS faz um  
281 questionamento sobre a composição das Comissões e pede para que seja decidido se cada Conselheiro  
282 realmente participaria de no mínimo duas Comissões ou não. O Conselheiro NICÁCIO LEMES lembra  
283 que o número máximo de Conselheiros por comissão são cinco. A Conselheira RITA CHILETTO diz ter  
284 escolhido apenas uma Comissão, pois havia entendido que o obrigatório seria a participação em apenas  
285 uma Comissão e que diante desta informação gostaria de fazer parte de mais de uma Comissão. O  
286 Conselheiro SERGIO SANTOS faz um questionamento sobre a Comissão de Habitação e Interesse  
287 Social e sugere que seja feita sua composição ou a mudança do Regimento Interno. O Conselheiro  
288 LUCIANO NAREZI sugere que seja mudado o Regimento e que a Comissão se transforme em um Grupo  
289 de trabalho. O Presidente CLAUDIO MIRANDA diz que seria necessário definir se a Comissão de  
290 Habitação Social é um grupo de trabalho ou uma Comissão Permanente. O Conselheiro DERALDO  
291 CAMPOS pede que a escolha dos Coordenadores das Comissões seja feita em Reunião Plenária e  
292 sugere que pelo menos um dos representantes do interior faça parte de uma das Comissões. O  
293 Presidente CLAUDIO MIRANDA coloca em votação a retirada da Comissão de Habitação e Interesse  
294 Social. A votação foi **UNANIME** e FICA DECIDIDO que a Comissão será retirada enquanto Comissão  
295 Permanente. A Conselheira RITA CHILETTO pede que seja incluída na Comissão de Ética. O Conselheiro  
296 LUCIANO NAREZI questiona ao Sr. Presidente quanto tempo esta estruturação das Comissões, definidas  
297 pela Plenária, valerá e se o CAU/BR tem como interferir com relação as decisões tomadas. O  
298 PRESIDENTE sugere que o prazo seja de pelo menos um ano, mas explica que as decisões podem ser  
299 mudadas caso sejam aprovadas em Plenária e ainda citando o pedido do Conselheiro DERALDO  
300 CAMPOS, sobre a escolha dos Coordenadores, o Presidente CLAUDIO MIRANDA diz concordar com o  
301 Conselheiro, porém lembra que ficou decidido em Plenária passada que os Coordenadores seriam  
302 votados pelos pares e que a decisão tomada em Plenária será mantida. Dando continuidade a sua fala o  
303 Presidente sugere aos membros de cada Comissão se reúnam e escolham seus Coordenadores e  
304 Coordenadores Adjuntos. A primeira Comissão a se reunir para a votação é a de Atos Administrativos. A  
305 Conselheira RITA CHILETTO e o Conselheiro SERGIO SANTOS se candidatam a Coordenadores da  
306 referida Comissão. A Conselheira RITA CHILETTO diz que postula a candidatura porque foi a Comissão  
307 em que atuou mais e que se for a Coordenadora dará agilidade as questões pendentes. Já o Conselheiro  
308 SERGIO SANTOS defende sua candidatura dizendo que atua nesta área administrativa há muito tempo  
309 e cita vários locais em que trabalhou. A Conselheira ANA RITA vota na Conselheira Ritta Chiletto e  
310 justifica seu voto dizendo que a Conselheira tem o perfil para ocupar a Coordenação da Comissão. O  
311 Conselheiro DERALDO CAMPOS vota na Conselheira Rita Chiletto e justifica seu voto dizendo que vota  
312 na Conselheira Rita Chiletto, pois ela conhece o trabalho da mesma e gosta da postura assumida por ela.  
313 O Conselheiro ÉDER BISPO vota no Conselheiro Sergio Santos e justifica o voto dizendo que o mesmo  
314 sempre manteve uma postura bastante democrática e que tem lutado pela legalidade e pela coerência. O  
315 Conselheiro ÉDER BISPO sugere que o Presidente tem que ter uma Agenda de compromissos  
316 estabelecidos em Plenária. Após a votação entre os membros fica ELEITA a Conselheira Rita Chiletto  
317 como Coordenadora com três votos a um. A segunda Comissão a se reunir para votação é a de Ensino,  
318 Exercício e Formação Profissional. Apenas o Conselheiro Nicácio Lemes se candidata a Coordenador.  
319 Em Regime de votação o FICA ELEITO por **UNANIMIDADE** o Conselheiro Nicácio Lemes como  
320 Coordenador e o Conselheiro Eder Bispo como Coordenador Adjunto. A terceira Comissão a se reunir  
321 para a votação é a de Ética. Os Conselheiro Luciano Narezi e Eder Bispo se candidatam. O Conselheiro  
322 Luciano diz que se candidata porque deseja ocupar o cargo e enfatizando o que o Conselheiro Deraldo

323 Campos já havia dito sobre a participação de um dos Conselheiros do interior em pelo menos uma  
324 Comissão. O Conselheiro EDER BISPO no uso da palavra diz que vem comprometido com as questões  
325 Éticas do Conselho desde o ano passado e que desejaria dar continuidades aos projetos que já vem  
326 desenvolvendo na Comissão. O Conselheiro Eder Bispo não concorda que o Coordenador deva ser  
327 escolhido pelo simples fato de serem do interior. Em regime de votação FICA ELEITO como Coordenador  
328 o Conselheiro Luciano Narezi por **UNANIMIDADE** e a Conselheira Ana Rita como Coordenadora Adjunta.  
329 A Conselheira RITA CHILETTO sugere uma reunião entre todos os Coordenadores para que sejam feitos  
330 os Planos de Ação. O Conselheiro SERGIO SANTOS explica que o Plano de Ação cabe a cada Comissão  
331 individualmente e que não teria uma razão para fazer a Reunião que a Conselheira solicitou. O  
332 Conselheiro EDER BISPO pede para que o Presidente Claudio Miranda leia para a Conselheira RITA  
333 CHILETTO as atribuições dos Coordenadores das Comissões. O Conselheiro EDER BISPO sugere que  
334 seja afixado as atribuições dos Coordenadores na Sede do Conselho e dá continuidade na sua fala  
335 dizendo que o Conselho está dividido em duas partes e explica que considera o Presidente ausente e  
336 pede para que o mesmo seja mais participativo atuando como Coordenador do Conselho, marcando mais  
337 reuniões e que espera que o mesmo assuma uma postura de aproximação e não de defesa. O  
338 Presidente CLAUDIO MIRANDA diz que tentará fazer um Conselho mais aberto e que não acha boa essa  
339 divisão citada pelo Conselheiro. A Conselheira RITA CHILETTO esclarece que a intenção ao sugerir a  
340 reunião foi apenas o de colocar os trabalhos das Comissões em dia e frisa que é importante ter  
341 flexibilidade nas sugestões voltadas para a melhoria do Conselho. O Conselheiro SERGIO SANTOS  
342 questiona sobre qual seria a proposta da Conselheira RITA CHILETTO e a mesma explica que verificará  
343 posteriormente com seus pares as datas para as Reuniões da Comissão. O Conselheiro DERALDO  
344 CAMPOS sugere que as reuniões sejam concentradas todas em um dia. O Conselheiro LUCIANO  
345 NAREZI pede ao Conselheiro Eder Bispo que seja mais cuidadoso nas suas falas para não ser ofensivo  
346 com os demais Conselheiros. O Conselheiro DERALDO CAMPOS lembra a todos os Conselheiros que  
347 todos estão no Conselho para representar a classe dos Arquitetos e Urbanistas, por fim, o Presidente  
348 CLAUDIO MIRANDA diz que na próxima segunda-feira o Secretário Geral Oswaldo Santos confirmará por  
349 e-mail o horário da próxima Reunião Plenária Extraordinária que acontecerá no próximo dia vinte e dois  
350 de abril para que seja verificado com o Sr. Eddy Yamamura, Diretor Financeiro do CAU/BR, o prazo para  
351 aprovação do Orçamento/2012. Nada mais havendo a relatar, o **PRESIDENTE** declara encerrada a  
352 reunião, às 17h 20m , lavrando-se a presente ata que vai assinada por mim, **Oswaldo Santos**, Secretário  
353 Geral do CAU/MT e pelo Presidente, **Cláudio Santos de Miranda**, depois de aprovada pelo Conselho.  
354 .x  
355

356  
357  
358  
359 **Oswaldo Santos**  
360 Secretário Geral

361  
362  
363  
364 **Claudio Santos de Miranda**  
365 Presidente  
366